

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO ESPECIAL Nº 1.838.267 - AC (2019/0276356-7)

RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ
RECORRENTE : M A M P DE N
ADVOGADO : THALLES VINICIUS DE SOUZA SALES - AC003625
RECORRIDO : P M DE V P DE N (MENOR)
REPR. POR : M O M DE V
ADVOGADOS : ORIETA SANTIAGO MOURA - AC000618
GRIJAVO SANTIAGO MOURA - AC004590

DESPACHO

A petição de recurso especial foi protocolada na origem sem o comprovante de pagamento das custas, apesar de presente a guia de recolhimento.

O documento juntado (fls. 340 e 342) não pode ser considerado, pois não se trata de comprovante de pagamento válido, uma vez que não contém a numeração do código de barras.

Dessa forma, sob pena de não conhecimento do recurso, **intime-se a parte recorrente**, no prazo de 5 dias, para:

1) apresentar o comprovante do efetivo pagamento, referente à guia de recolhimento juntada e, ainda, realizar a complementação do referido recolhimento, uma vez que devido em dobro, nos termos do § 4º do art. 1.007 do Código de Processo Civil, ou;

2) caso seja impossível apresentar o referido comprovante, efetuar novo recolhimento, em dobro (art. 1.007, §4º do CPC).

Quanto ao pleito de tutela provisória, será apreciado após o retorno dos autos.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 07 de outubro de 2019.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA

Presidente